

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS \*

## O MOVIMENTO COOPERATIVO EM PORTUGAL

### PALAVRAS DE ABERTURA

Não é por coincidência que a Faculdade de Economia de Coimbra inicia com as 1.<sup>as</sup> Jornadas Cooperativas a série de actividades de extensão programadas no âmbito das Comemorações dos dez anos da sua criação. De facto, ao longo destes dez anos, o apoio ao sector cooperativo tem sido sempre considerado uma das áreas privilegiadas de intervenção social desta Faculdade, o que certamente não surpreende se pensarmos que a Faculdade iniciou as suas actividades no ano lectivo de 1973-74 e que, poucos meses depois, foi o 25 de Abril e com ele, a explosão do movimento cooperativo que todos conhecemos.

A cooperação surgiu então e mais do que nunca como uma alternativa social e económica capaz de promover uma gestão mais equilibrada dos recursos naturais, uma organização mais livre e participada do trabalho produtivo, uma lógica da produção orientada para a satisfação das necessidades da esmagadora maioria da população e, enfim, uma organização da distribuição dos produtos económicos mais centrada nos interesses dos consumidores.

Mas as dificuldades eram muitas. A falta de experiência da maior parte e a falta de conhecimentos organizativos de quase todos ampliavam o risco de desvirtuamento e de aproveitamento indevido do esforço cooperativo. A Faculdade partilhou dessas dificuldades e por isso tudo o que fez, sobretudo no domínio da cooperação agrícola no centro do país, foi o resultado de um esforço conjunto e de uma aprendizagem mútua.

---

\* Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

À medida que o tempo passou, o nosso apoio técnico ao sector cooperativo diversificou-se e aprofundou-se. A experiência indicou-nos duas áreas de apoio prioritário: a gestão económica e financeira, e a definição do estatuto jurídico das cooperativas. São estas as áreas em que temos vindo a actuar. A fim de coordenar melhor os esforços e as acções, foi criado na Faculdade, em 1980, o *Centro de Estudos Cooperativos* e desde então entrámos, através dele, no movimento cooperativo internacional.

Ao fim destes dez anos, a Faculdade julga necessário fazer o ponto da situação e propõe-se fazê-lo da única maneira adequada, ou seja, partilhando a sua reflexão com os demais activistas do movimento cooperativo.

A definição do estatuto jurídico das cooperativas tem levantado em tempos recentes uma série complexa de questões que se prendem, em geral, com a adequação das práticas cooperativas às normas constitucionais e, por último, ao código cooperativo. São conhecidas as carências de recursos jurídicos no sector cooperativo, em parte devidas ao facto de, apesar da importância constitucional do sector, as Faculdades de Direito não promoverem, mesmo a título optativo, o ensino do direito cooperativo. O Centro de Estudos Cooperativos tem sido insistentemente solicitado para dar apoio nesta área e por ela começaremos a nossa reflexão.

O movimento cooperativo é hoje muito diversificado e por isso as condições sociais, económicas e políticas dominantes no nosso país afectam-no desigualmente. É necessário, pois, captar o perfil, a dinâmica e a estrutura interna do sector cooperativo a fim de definir melhor as suas linhas de força e de fraqueza. Nestas Jornadas daremos particular atenção às cooperativas de consumo e às cooperativas de produção agrícola.

Por último, propomo-nos discutir os princípios cooperativos. Pode parecer estranho que, confrontados com problemas concretos tão envolventes e urgentes, nos preocupemos com uma discussão de princípios. Em verdade, uma tal discussão impõe-se pela própria natureza do movimento cooperativo. Se é certo que este movimento surgiu basicamente para resolver problemas concretos, reais e imediatos das classes trabalhadoras, não é menos certo que pretendeu fazê-lo por uma questão de princípios. Há no movimento cooperativo uma mistura de pragmatismo e de idealismo que é simultaneamente o segredo da sua vitalidade histórica e uma das causas de algumas das suas dificuldades e ambiguidades.

É importante que os princípios se não transformem em rituais de fidelidade estéril. É igualmente importante que eles

se saibam adaptar às transformações, cada vez mais rápidas das sociedades contemporâneas. Mas é sobretudo importante que não sejam esquecidos a pretexto de exigências conjunturais. Só assim se manterá a autenticidade de um movimento que surgiu e se desenvolveu pela sua capacidade para impor o princípio da solidariedade contra o individualismo, o princípio da democracia contra o do autoritarismo, o princípio do serviço contra o do lucro. É este um património moral e social que não podemos desbaratar.